DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 6504/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/10131/2014
PROTOCOLO	: 1517565
ÓRGÃO	: SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
ORDENADOR (A)	: SILVIO CESAR MALUF
TIPO DE PROCESSO	: CONTRATO Nº 032/2014
RELATOR (A)	: JERSON DOMINGOS
CONTRATADO (A)	: SENHORI GOMES DA SILVA
PROCEDIMENTO	: DISPENSA DE LICITAÇÃO (PROC. ADM. Nº 031/000.293/2014
OBJETO	: PREPARO E FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO AOS PRESOS SOB A CUSTÓDIA DA DELEGACIA DE POLÍCIA DE RIO NEGRO, MS
VALOR	: R$ 60.480,00(SESSENTA MIL, QUATROCENTOS E OITENTA REAIS).

Em análise o procedimento licitatório de dispensa de licitação, que originou a Contrato nº 032/2014, celebrado entre a SEJUSP – Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e a Sra. Senhori Gomes da Silva, tendo como objeto o serviço de preparo e fornecimento de alimentação aos presos sob custódia da Delegacia de Polícia de Rio Negro, MS, os respectivos termos aditivos (1º ao 3º) e a execução financeira.

A 3ª Inspetoria de Controle Externo, através da Análise ANA-3ICE-22861/2016 (fls. 410 - 419), manifestou-se pela regularidade do procedimento licitatório, da formalização do instrumento contratual, dos 1º, 2º e 3ºs termos aditivos e da execução financeira, com ressalva quanto ao descumprimento de prazo na remessa de documentos a esta Corte de Contas.

O Ministério Público de Contas, na mesma linha de entendimento, através do parecer PAR-2ªPRC-7705/2017 (fls. 420 - 421), manifestou-se pela regularidade do procedimento licitatório, da formalização do contrato, dos seus termos aditivos e da execução contratual, ressalvando o descumprimento do prazo de envio de documentos a esta Corte de Contas.

É o relatório.

Da análise dos autos, no que se refere ao procedimento de dispensa de licitação (processo administrativo nº 031/000.293/2014), verifica-se que o mesmo atendeu às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações[1], Lei Federal nº 10.520/02[2], Instrução Normativa TC/MS nº 035/2011 e as determinações contidas no Regimento Interno desta Corte de Contas[3], assim como o respectivo Contrato nº 032/2014.

Quanto aos 1º, 2º e 3ºs termos aditivos ao contrato, os mesmos também se encontram devidamente instruídos, de acordo com os documentos exigidos pela legislação supracitada, com o acréscimo de quantitativo e de valor dentro do limite de 25% permitido pelo art. 65, §1º[4] da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações sendo apenas necessário ressalvar o atraso na remessa dos documentos relativos ao 3º Termo Aditivo a esta Corte de Contas, contrariando o disposto na Instrução Normativa TC/MS nº 035/2011[5].

A síntese financeira do instrumento, demonstrada na planilha apresentada pelo Corpo Técnico da 3ª Inspetoria de Controle Externo, assim resultou:

Notas de Empenho Diversas: R$ 126.551,00 Anulação: (-) R$ 10.9295,00	R$ 116.256,00
Notas Fiscais	R$ 116.256,00

[1] Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
[2] Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.
[3] Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.
[4] Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:
(...)
§1º. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.
[5] Anexo I, Cap. III, seção I, 1.1.1., A, da Instrução Normativa TC/MS nº 035/2011;
1 – Contratos
1.1. Procedimentos Licitatórios
1.1.1. Objeto: Contratos em geral
A) Prazo: até 15 (quinze) dias úteis após a data da publicação do contrato.

Notas de Pagamentos	R$ 116.256,00

Assim, a despesa restou devidamente comprovada, de acordo com as normas de finanças públicas prescritas na Lei Federal nº 4.320/64[6] e com as determinações contidas na legislação regente[7].

Ante o exposto, acolho a análise da 3ª Inspetoria de Controle Externo e o parecer do Ministério Público de Contas e **DECIDO**:

I – Pela **REGULARIDADE** do procedimento de Dispensa de Licitação (Processo SEJUSP nº 31/000.293/2014), da formalização do Contrato nº 032/2014, celebrado entre a SEJUSP - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e a contratada, Sra. Senhori Gomes da Silva, e dos respectivos termos aditivos (1º ao 3º), nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012 c/c. o art. 120, I "b", II e §4º da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013;

II – pela **REGULARIDADE** da execução financeira da contratação em análise, com RESSALVA quanto à intempestividade na remessa de documentos a esta Corte de Contas, nos termos do art. 59, II, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012 c/c. o art. 120, III da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013;

III – pela aplicação de **MULTA** equivalente a 30 (trinta) UFERMS ao Sr. Silvio Cesar Maluf, responsável à época, portador do CPF nº 044.450.608-01, nos termos do art. 44, I[8] e 46[9] da Lei Complementar Estadual nº 160/2012, por infração à prescrição legal e

[6] Lei que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de acordo com o disposto no art. 5, XV, b, da Constituição Federal.
[7] Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, Lei Federal nº 4.320/6 e Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013.
[8] Art. 44. No exercício de sua competência, o Tribunal pode aplicar as seguintes sanções:
I – multas;
(...)
Parágrafo único. As multas podem ser aplicadas cumulativamente, para sancionar as infrações apuradas pelo Tribunal e pela falta de remessa, dentro do prazo, de informações, dados ou documentos solicitados pelo Tribunal;

regulamentar;

IV – pela concessão do **PRAZO** de 60 (sessenta) dias para que o responsável supracitado recolha o valor referente à multa acima disposta junto ao FUNTC, nos termos do art. 83[10] da Lei Complementar Estadual nº 160/2012;

V - pela **RECOMENDAÇÃO** ao responsável à época e/ou a quem o tiver sucedido quanto à adoção de medidas necessárias para que não incorra na mesma impropriedade, conforme o art. 172, IV da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013;

VI - pela **COMUNICAÇÃO** do resultado do julgamento aos interessados, nos termos do art. 50[11] da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 70, §2º[12], do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013.

Campo Grande, MS, 30 de junho de 2017.

Jerson Domingos
Conselheiro Relator

SMSC

---

[9] Art. 46. A multa incidente sobre a falta de remessa intempestiva de informações, dados ou documentos ao Tribunal corresponde ao valor de uma UFERMS por dia de atraso, não podendo ultrapassar o valor correspondente ao de trinta UFERMS;

[10] Art. 83. O valor da multa aplicada pelo Tribunal deve ser recolhido ao Fundo Especial de Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas (FUNTC), por meio de guia ou instrumento apropriado.

[11] Art. 50. As intimações dos atos processuais e demais comunicações do Tribunal podem ser realizadas dos seguintes modos ou formas:
I - pelo Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (DOTCE/MS);
II - por correspondência física ou eletrônica, com a prova do recebimento;
III - em portal eletrônico do Tribunal de Contas;
IV - pela autoridade competente, provada com a assinatura do jurisdicionado, seu mandatário ou preposto, ou, no caso de recusa ou de impossibilidade para assinar, com a declaração escrita daquela autoridade.
Parágrafo único. A intimação por edital deve ser realizada na forma estabelecida nas disposições do inciso I, conforme a disciplina do regulamento.

[12] Art. 70. Decisão Singular é o instrumento de formalização do ato de Conselheiro, no exercício do Juízo Singular (arts. 9º e 10º), inclusive no caso de apreciação da legalidade de ato de pessoal para o fim de registro.
(...)
§2º Apreciada ou decidida singularmente a matéria do processo, os autos serão remetidos ao Cartório para a publicação do ato e as demais providências cabíveis.